

Políticos, vítimas da política

BENEDICTO FERRI DE BARROS

Há uma tendência generalizada entre os presidencialistas à imprimir em seus discursos a tônica de que os eleitores não deverão decidir seu voto emocionalmente, procurando o salvador da pátria — mas optando racionalmente pelos que ofereçam melhores programas de governo para resolver objetivamente os problemas nacionais. Aparentemente, isto é um progresso, uma proposta para que se troque uma retórica personalista e demagógica por uma opção consciente entre definições políticas e planos administrativos.

Aparentemente, dizemos.

A convocação do povo para que vote racionalmente, optando por programas, não é nova. Faz lembrar as velhíssimas plataformas de governo, que, em seguida à posse, são lançadas ao lixo como meras promessas eleitorais que já cumpriram seu papel. Conquistado o poder, dali em diante governar e administrar é coisa muito diferente. Da arte de prometer para o povo, a política se transforma na arte de fazer o possível, tanto na política como na administração. Nisto a oposição que se transforma em situação é incapaz de fugir, quer às necessidades e pressões internas dos homens e grupos que constituem a facção vitoriosa, quer os limites externos e objetivos do governo que assume, os principais sendo as leis, o pessoal e a caixa que encontram. Isto é a realidade da política. Não precisamos ir longe. Basta ver, em escala nacional, o que aconteceu de 1985 para cá com a Novíssima República, e, em escala municipal, o que sucede em São Paulo.

Por isso, queira-se ou não, as decisões eleitorais tomadas pelo povo são sempre e necessariamente antes intuitivas e emocionais do que analíticas e objetivas. Ninguém analisa programas para votar, sabendo-se que eles valem apenas, e tão-somente, pela credibilidade dos homens que os propõem. Na maioria dos casos — sobretudo quando se acumulam problemas graves — antes se vota contra o que existe e se sabe, do que a favor do que se promete e ignora o que será. Plataformas e programas não passam de recursos de que os candidatos dispõem para configurar mais claramente seu perfil junto ao eleitor. Depois, será o que for possível. E é aí que o homem se torna mais importante do que o programa.

Há um segundo aspecto que reduz o peso relativo das plataformas. Sejam quais forem os partidos, os problemas nacionais que terão de enfrentar são os mesmos e escassas as soluções entre as quais podem objetivamente optar. Assim, está certa a postura do eleitor quando, novamente, põe a credibilidade do candidato em primeiro plano e relega para o segundo os programas.

Nada disto invalida o fato de que



conduzir a campanha em torno da discussão de problemas e soluções é mais civilizado e produtivo do que promovê-la em termos de salvacionismo demagógico e de ofensas pessoais que — aparentemente — passaram a dar baixos dividendos eleitorais.

Entretanto, enganam-se os políticos, e com isso enganam ao público, se estão convencidos e procuram convencer o eleitorado de que na atual conjuntura, e para o próximo governo, o fator prioritário estará em possuir um bom programa para equacionar e resolver os grandes problemas nacionais que hoje já são suficientemente conhecidos pelo público. O problema maior, prioritário e subjacente a todos os outros, situa-se hoje na própria estrutura política e na máquina do Estado que herdarão para pôr em prática programas e executar promessas. Qualquer que seja o presidente eleito, terá que enfrentar os problemas com um aparelho de Estado — isto é, com um instrumento político — anacrônico, mal desenhado, deficiente, caindo aos pedaços. Tanto em matéria de leis, como de pessoal e de recursos de caixa.

Isto não é segredo para ninguém. Todo o mundo sabe (e só os políticos parecem deixar para segundo plano) que qualquer ação efetiva para a solução dos problemas brasileiros passa primeiro, e necessariamente, pela reforma política. Não só de seus homens como dos instrumentos institucionais e administrativos de que dispõem. O melhor homem, o melhor político, pouco ou nada poderá fazer com as máquinas ou aparelhos que aí estão e terão de utilizar. Há hoje um consenso, intuitivo que seja, de que o Estado, os órgãos e instituições administrativos e públicos são o primeiro e maior problema da Nação. É porque eles não funcionam que o povo vem improvisando anarquicamente suas soluções de emergência, empurrando de barriga problemas que só uma política operante poderia equacionar e resolver em escala nacional. Entretanto, se hoje o governo não domina, não comanda, nem pode corrigir sua própria máquina, como poderá utilizá-la para cuidar de problemas nacionais?

A Constituição de 1988 cometeu o mesmo erro de diagnóstico político, ao priorizar e procurar dar solução aos problemas nacionais, relegando a segundo plano a máquina política que terá de dar essas soluções.

Quando o Estado e os políticos se revelam impotentes para corrigir seus próprios erros e defeitos, como poderão ajudar a sociedade a acertar os seus? Com o aparelho constitucional e o Estado, como hoje ele está, os políticos continuarão emaranhados nos problemas políticos, sem tempo, forças e recursos para operar qualquer programa nacional. Sem prévia reforma política pouco poderão fazer pelo Brasil. E o que aí está continuará a se agravar, para desprestígio, desespero e anulação dos políticos — vítimas primeiras e maiores de um Estado inoperante e inoperável.

Benedicto Ferri de Barros é ensaísta e membro da Academia Internacional de Direito e Economia.